

MATIZES DO PROTAGONISMO DE UMA MULHER NEGRA ENCARCERADA EM *MINHA CARNE* (2020), DE PRETA FERREIRA

NUANCES OF THE ROLE OF AN INCARCERATED BLACK WOMAN IN *MINHA CARNE* (2020) BY PRETA FERREIRA

DOI: 10.70860/ufnt.entreletras.e19380

Ana Beatriz Aquino da Silva¹
Isis Milreu²

Resumo: O objetivo deste estudo é realizar uma leitura de *Minha Carne*: diário de uma prisão (2020), de Preta Ferreira, a partir do conceito de escriturabilidade, cunhado pela escritora Conceição Evaristo (2005), a fim de investigar como a protagonista dessa obra se autorepresenta, bem como problematiza questões de raça, gênero e classe nesta narrativa. Observa-se que a trajetória da protagonista durante o seu encarceramento revela a intersecção de suas experiências pessoais com uma luta coletiva por justiça social, solidificando sua identidade como uma mulher negra resiliente e consciente de seu papel no combate às desigualdades sociais, ao racismo e ao sexismo.

Palavras-chave: Preta Ferreira; Literatura de cárcere; Escriturabilidade; Protagonismo feminino; Representações da mulher negra.

Abstract: The objective of this study is to read *Minha Carne*: diário de uma prisão (2020), by Preta Ferreira, based on the concept of writtenness, coined by the writer Conceição Evaristo (2005), in order to investigate how the protagonist of this work represents herself, as well as problematizing issues of race, gender and class in this narrative. Note that the protagonist's trajectory during her incarceration reveals the intersection of her personal experiences with a collective struggle for social justice, solidifying her identity as a resilient black woman aware of her role in combating social inequalities, racism and sexism.

Keywords: Preta Ferreira; Prison Literature; Representations of black women.

Introdução

“A consciência de classe, foi isso que me salvou. Eu sempre soube do meu papel de mulher preta e do papel da sociedade referente a mim.” (Ferreira, 2020, p.210)

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande-PB, Brasil. E-mail: anabeatrizaquino98@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8352-0637>.

² Doutora em Letras – UNESP-Assis, professora de literatura hispano-americana da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE), UFCG, Campina Grande-PB, Brasil. E-mail: imilreu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9142-1406>.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgados em maio de 2024, as mulheres negras compõem a maior parcela populacional (28,5%) do Brasil. Contudo, somente recebem 16% do total de rendimentos, enquanto os homens negros ganham 24,1%; as mulheres brancas, 24,7%; e os homens brancos, 35,1%. Essa desigualdade salarial reflete outras opressões enfrentadas por este grupo: o racismo e o sexismo, os quais as privam de seus direitos humanos básicos, tais como acesso à educação, saúde e moradia dignas, dentre outros.

De acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), apresentado em abril deste ano pelo Ministério das Mulheres, as mulheres negras são a maioria das vítimas da violência de gênero em nosso país e constituem o maior grupo de mulheres encarceradas. O referido documento aponta que há 45.259 mulheres aprisionadas, das quais 66,9% são pretas e pardas, e que o Brasil possui a terceira maior população carcerária feminina do mundo. Além disso, revela que 28,1% da população carcerária estava presa sem condenação, o que equivale a cerca de 12.718 mulheres encarceradas que ainda não foram julgadas.

Outras informações preocupantes foram expostas no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), que mostra que a população carcerária feminina aumentou 564% no período compreendido entre 2000 e 2019. Uma delas foi Janice Ferreira da Silva, mais conhecida como Preta Ferreira, autora de *Minha carne: diário de uma prisão* (2020), publicado pela editora Boitempo. Preta é uma reconhecida defensora dos direitos humanos, ativista por moradia, multiartista e escritora afro-brasileira que recorreu à arte para denunciar os problemas sociais enfrentados pelas mulheres negras no século XXI a partir de sua experiência no cárcere.

Na mencionada narrativa, a autora relata a sua experiência no sistema prisional paulista, onde foi encarcerada por mais de 100 dias sem julgamento devido à sua atuação no Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e na Frente de Luta por Moradia (FLM), na cidade de São Paulo. Assim, a escritora explora um dos grandes desafios que impactam o desenvolvimento da sociedade brasileira atual, ou seja, o encarceramento em massa, a partir da visão de uma mulher negra que não só sobreviveu ao sistema prisional, mas também o combateu em várias frentes.

Pensamos que sua obra pode ser inserida na vertente da literatura de cárcere, vigente desde a antiguidade até a era moderna, a qual oferece vislumbres únicos das experiências de confinamento, injustiça e transformação vivenciadas por prisioneiros(as). Estas escritas revelam não somente as vozes marginalizadas dentro da prisão, mas também a capacidade humana de criar arte em situações desafiadoras, a qual adquire matizes de resistência.

Tendo em vista essas considerações, definimos como objetivo deste estudo realizar uma leitura de *Minha Carne: diário de uma prisão* (2020), de Preta Ferreira, a partir do conceito de escrevivência, segundo a definição de Conceição Evaristo (2005). Assim, investigamos como Preta se autorepresenta, bem como aborda questões de raça, gênero e classe em sua obra, problematizando problemas sociais atuais. Justificamos nossa abordagem pela relevância literária e social destas temáticas, pois, conforme expresso na epígrafe que inaugura nosso estudo foi justamente a consciência de ser uma mulher negra e pobre que ajudou a protagonista a resistir à opressão do sistema prisional.

Os estudiosos que guiam esta investigação são Akotirene (2018), Evaristo (2005; 2020), Figueiredo (2020), Gonzalez (2019) e Silva (2018). Para alcançar o objetivo proposto, inicialmente discutimos os principais conceitos que embasam nossa leitura, ou seja, escrevivência, decolonialidade e interseccionalidade. Em seguida, apresentamos um breve panorama da literatura de cárcere brasileira. Por fim, traçamos nossa leitura de *Minha carne*, examinando a caracterização da protagonista e algumas de suas críticas à opressão do sistema prisional, principalmente, no que se refere à situação das mulheres negras.

1 Considerações sobre a escrevivência, decolonialidade e interseccionalidade

Em *História literária, cânone e crítica feminista*, Eurídice Figueiredo (2020, p.85) registra que “O cânone ocidental se constitui, fundamentalmente, de obras de homens brancos, europeus e norte-americanos.” A estudiosa sustenta que o advento da crítica feminista na década de 1970 gerou uma significativa mudança no âmbito literário, visibilizando obras de escritoras que foram historicamente apagadas e promovendo as ficções de autoras contemporâneas. Explica que

Só nos últimos anos se pode constatar um florescimento da produção de mulheres, inclusive cada vez mais intensa de mulheres negras, embora a grande maioria ainda seja constituída de mulheres brancas, de classe média e altamente escolarizadas. Apesar dessa proliferação, sua presença ainda é limitada em antologias, cursos de escrita criativa, grandes prêmios literários, festas literárias, bienais, listas de obras lidas na escola, no Enem ou nos vestibulares (Figueiredo, 2020, p. 88).

O fragmento evidencia que o reconhecimento da literatura de autoria feminina é recente e que é preciso percorrer um longo caminho para garantir sua merecida visibilidade. Além disso, destaca o protagonismo das escritoras negras que estão conquistando um significativo espaço no campo literário brasileiro atual. Dentre estas autoras podemos citar tanto as precursoras Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, cujas obras ganharam várias reedições nas

últimas décadas, quanto as contemporâneas Conceição Evaristo, Cidinha da Silva, Eliana Alves Cruz, entre muitas outras escritoras negras que marcaram a cena literária de nosso país.

Lilium Ramos da Silva (2018, p.119), em *Decolonizando saberes: conceitos de literatura latino-americana de autoria negra*, postula que essa produção literária pode ser abordada “[...] a partir da aceitação e constituição de uma literatura que se identifica por suas temáticas propostas com base na ferida colonial ainda ostensiva nas comunidades negras.” A estudiosa assinala que há várias perspectivas para analisar essa literatura, dentre as quais destaca a escrevivência que pode ser vista como uma prática decolonizadora “[...] na medida em que surge da reivindicação de uma mulher negra que mesmo com experiências de fome e miséria consegue desenvolver a sensibilidade leitora e escritora e percebe a literatura como um espaço de resgate memorial, de expressão e denúncia.” (Silva, 2018, p.119). Cabe frisar que a crítica está se referindo à escritora brasileira Conceição Evaristo que cunhou este termo em *Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira* (2005).

Silva (2018) também explica que as escrevivências apresentam traços autobiográficos de autores negros que experienciaram situações de pobreza e de violência, configurando-se em narrativas traumáticas sublimadas em forma de textos memorialísticos. Acrescenta que os autores aproveitam o espaço proporcionado pela literatura para desenvolver em seus textos uma crítica social pautada na discriminação e no racismo vigentes em seus países de origem, confirmando que os discursos de igualdade e democracia racial não passam de tentativas de mascarar a continuidade da opressão às comunidades negras. Nesse sentido, Evaristo (2005, p.53) aponta que

[...] a literatura brasileira, desde a sua formação até a contemporaneidade, apresenta um discurso que insiste em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor.

A citação denuncia as imagens estereotipadas das mulheres negras em nossa literatura que atualmente estão sendo desconstruídas por autoras afro-brasileiras. Nesse processo de autorrepresentação, essas escritoras apresentam as mulheres negras de diferentes perspectivas e exercendo distintos papéis sociais. Para Evaristo (2005, p. 53),

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como

mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida.

O trecho mostra uma importante transformação da imagem das mulheres afro-descendentes na literatura contemporânea, pois elas deixam de ser objetos de textos de outros autores e passam a ser sujeitos de suas próprias histórias, construindo novas representações de si e de seu povo. Assim, as escritoras negras “[...] buscam produzir um discurso literário próprio, uma contra-voz à uma fala literária construída nas instâncias culturais do poder” (Evaristo, 2005, p.54). Nessa ótica,

[...] os textos das escritoras afro-descendentes se inscrevem no proposto por Homi Bhabha (1998, p.321) acerca da poesia do colonizado. Para ele, o discurso poético do colonizado, não só encena o “direito de significar”, como também questiona o direito de nomeação que é exercido pelo colonizador sobre o próprio colonizado e seu mundo. (Evaristo, 2005, p. 54).

Dessa forma, é possível conectar as escrituras dessas autoras às propostas do pensamento decolonial, pois elas convertem-se em sujeitos criadores de novos mundos e de outras (auto) representações dos povos negros, desconstruindo valores dominantes e exercendo o seu direito à literatura e à vida. Como anunciamos, Evaristo (2005) denomina a escritura recente de mulheres negras de escre(vivência) e alega que essa vertente renova a literatura brasileira tanto no plano de conteúdo quanto no de autoria. Segundo a pesquisadora, a citada inovação está “[...] profundamente marcada pelo lugar sócio-cultural em que essas escritoras se colocam para produzir suas escritas.” (Evaristo, 2005, p.54). Em suma, a partir de sua condição de mulher negra, transformam suas experiências em palavras e disputam espaços no cenário literário, problematizando o cânone.

Em *A escrevivência e seus subtextos*, Evaristo (2020, p.30) considera que o termo é um fenômeno diaspórico e universal, salientando que, em sua concepção inicial, se refere ao “[...] ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças.” A escritora ressalta que

[...] se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso,

afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30).

Nessa perspectiva, a escrevivência objetiva não só denunciar as injustiças que marcaram a história e a vida dos povos negros, mas também apropriar-se da escrita como um direito e uma estratégia de conscientização/denúncia. Em suma,

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana (Evaristo, 2020, p. 30).

Verificamos que a proposta da escrevivência está conectada com os princípios do pensamento decolonial, visto que objetiva desconstruir as estruturas coloniais e valorizar as vozes marginalizadas. Assim, as autoras negras exercem o seu direito à literatura e desconstroem as representações estereotipadas das afrodescendentes em suas obras, possibilitando outras perspectivas para este grupo.

Além disso, essa abordagem pode ser relacionada com o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw em 2001. Em *O que é interseccionalidade*, Carla Akotirene (2018, p.43) explica que o termo se refere à inseparabilidade das noções de raça, gênero e classe para compreender amplamente a situação das mulheres negras. Em síntese,

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se da experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são uns grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária.

É importante registrar que essa problemática foi abordada por várias intelectuais negras brasileiras, tal como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. Seus estudos impactaram tanto o feminismo quanto a abordagem de textos literários, contribuindo para o combate das múltiplas opressões sofridas pelas afrodescendentes, possibilitando recuperar sua identidade individual e coletiva. Em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Gonzalez (2019) defende que é a hora dos negros falarem e desconstruírem os discursos que os violentam, protagonizando sua representação como sujeitos. Neste contexto, uma das formas de sua expressão é a literatura de cárcere, a qual conta com vários autores(as) negros(as), conforme discutimos no próximo tópico.

2 Ponderações sobre a literatura de cárcere brasileira

A literatura de cárcere em nosso país, enraizada na história do Brasil, não somente reflete as vivências individuais dos detentos, mas também espelha as complexas dinâmicas sociais e políticas. Nos últimos anos, esse gênero literário apresenta narrativas com vozes masculinas e femininas. Dentre elas, se destacam: *Sobrevivendo ao inferno* (1997) dos Racionais Mc; *Diário de um detento: o livro* (2001), de Jocenir; *Memórias de um sobrevivente* (2001) de Luiz Alberto Mendes; *Estação Carandiru* (1999) e *Prisioneiras* (2017), de Drauzio Varella; e *Minha Carne* (2020), de Preta Ferreira.

Cabe frisar que, desde o período colonial, os prisioneiros brasileiros têm utilizado a escrita como meio de expressão, um legado que persistiu até o século XIX com a produção de poemas e cartas nas prisões imperiais, muitas vezes abordando temas de injustiça social e repressão. Durante a Era Vargas (1930-1945), a literatura de cárcere passou a se entrelaçar com os movimentos vanguardistas literários, como o Modernismo, em busca de novas formas de expressão e de ruptura com as tradições anteriores, se conectando com temas como marginalidade e resistência, muitos dos quais são centrais na literatura de cárcere. Escritores como Oswald de Andrade e Mário de Andrade, por exemplo, exploraram questões sociais que ecoam as experiências de indivíduos excluídos, incluindo aqueles que estão presos. A obra de Augusto dos Anjos, por exemplo, reflete a tensão emocional e existencial que permeia o contexto prisional. Esse diálogo entre a literatura de cárcere e os movimentos vanguardistas literários enriquece tanto a compreensão do espaço prisional quanto a busca por novas estéticas e vozes na literatura brasileira.

É importante registrar que Graciliano Ramos, aprisionado durante o Estado Novo (1937-1945), transformou suas experiências em arte em *Memórias do Cárcere* (1953). A influência dessa obra desempenhou um papel crucial na formação da literatura de cárcere no Brasil, oferecendo uma visão ampla das condições prisionais e da luta por dignidade. Posteriormente, durante e após a última ditadura militar brasileira (1964-1985) surgiram muitos relatos que documentaram as violações de direitos humanos e as experiências dos prisioneiros políticos, os quais são abordados de diferentes óticas.

Interessa-nos salientar que apesar de historicamente serem menos documentadas em comparação à literatura carcerária masculina, identificamos algumas produções de autoria feminina sobre a experiência de mulheres no sistema prisional. Dentre essas escritoras, Vera Tereza de Jesus é a pioneira com a publicação de *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você* (1964). Outras autoras que abordaram suas vivências no cárcere são Patrícia Galvão

(Pagu), criadora de *Até onde chega a sonda: escritos prisionais* (2023); Adriana Graças Pereira, que lançou *Xal: Órfã, drogada, moradora de rua, prostituída, presidiária* (2021), e Preta Ferreira, que publicou *Minha carne: diário de uma prisão* (2020).

Consideramos que essas publicações demonstram que a literatura de cárcere não é apenas um relato da opressão, mas também constitui um espaço de resistência e de autodescoberta, onde tanto homens quanto mulheres expressam suas experiências e lutam por reconhecimento em uma sociedade que muitas vezes marginaliza suas vozes. No caso das obras produzidas pelas escritoras, várias questões sociais e de gênero também são problematizadas.

Observamos que a literatura de cárcere contemporânea no Brasil se expandiu, abordando uma variedade de temas, tal como a superlotação carcerária, a violência e sua interseção com questões sociais como o racismo, o sexismo e a desigualdade. Assim, a literatura de cárcere brasileira contribui para ampliar debates sobre o sistema prisional, impulsionando discussões sobre justiça, reabilitação e direitos humanos, bem como humanizando os prisioneiros enquanto expõe as falhas do sistema. Em outras palavras, essas narrativas revelam problemas sociais profundamente enraizados na cultura e na história do Brasil, desafiando a sociedade a refletir sobre a estrutura do sistema penal e a busca de justiça social.

Por sua vez, a literatura de cárcere escrita por mulheres no Brasil oferece uma perspectiva singular e reveladora sobre a experiência do encarceramento, indo além de relatos superficiais da vida na prisão. Essas obras adentram o universo emocional e psicológico das detentas, explorando suas lutas internas e as dinâmicas sociais que moldam seu cotidiano. Ao abordar temas como solidão, violência, resistência e busca por identidade em um ambiente opressivo, as autoras revelam a complexidade da vida dentro dos muros prisionais. As narrativas se tornam um meio de iluminar as realidades de mulheres frequentemente invisibilizadas, apresentando histórias de resiliência que desafiam estereótipos e promovem uma reflexão mais profunda sobre a condição feminina na prisão.

Além de retratar as condições físicas do cárcere, essas obras também discutem as consequências psicológicas do encarceramento, proporcionando uma análise crítica das políticas de justiça e das desigualdades de gênero. Muitas autoras contextualizam suas experiências com questões de classe, raça e pobreza, evidenciando como essas interseccionalidades influenciam a vivência das mulheres no sistema prisional. Ao contar suas histórias, como acontece com a protagonista de *Minha carne* (2020), as mulheres contestam as narrativas dominantes que frequentemente marginalizam suas vozes, permitindo que suas experiências sejam reconhecidas e validadas. Desse modo, a literatura de cárcere de autoria

feminina se torna um veículo de resistência, possibilitando que as autoras afirmem sua identidade e suas lutas em meio à opressão.

Pensamos que as narrativas produzidas por mulheres encarceradas não só enriquecem o panorama literário brasileiro, mas também fornecem contribuições valiosas para o entendimento das complexas relações de poder e de opressão que permeiam o sistema prisional. Por meio de suas escritas, essas mulheres transformam experiências dolorosas em arte e conhecimento, ampliando a discussão sobre o encarceramento e suas implicações sociais. Essa literatura se revela como um espaço de afirmação, onde as experiências vividas são traduzidas em relatos que questionam e desconstróem as normas sociais e os estigmas associados ao encarceramento feminino.

Para uma compreensão abrangente da literatura de cárcere escrita por mulheres, é fundamental analisar suas obras dentro de um contexto social, cultural e político mais amplo. Essa abordagem multifacetada permite um olhar mais profundo sobre as vozes silenciadas das mulheres encarceradas, destacando sua luta e sua resistência contra um sistema que muitas vezes as marginaliza. Assim, a literatura de cárcere feminina se configura não apenas como uma forma de expressão artística, mas também como um importante campo de estudo que revela as nuances das relações sociais no Brasil, como vemos a continuação.

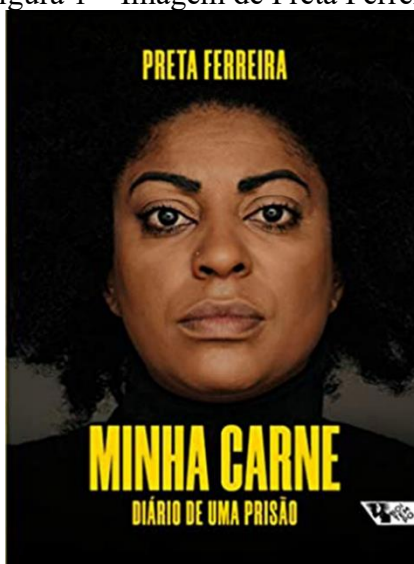
3 *Minha carne*: a escrevivência como ato de resistência

“Às vezes tenho a sensação de que estou escrevendo um roteiro da minha vida, mas o que surge primeiro são as cenas, depois a escrita.” (Ferreira, 2020, p.158).

Em *Minha carne* (2020), Preta Ferreira relata sua vivência no sistema prisional paulista no período de junho a outubro de 2019, construindo uma narrativa que denuncia as opressões enfrentadas pelas mulheres encarceradas. A obra revela como a protagonista utiliza a escrita como uma forma de preservar sua humanidade, transformando suas experiências de dor e privação em afirmações de identidade e de força. Ferreira (2020) destaca a importância da solidariedade entre as mulheres encarceradas, mostrando como elas se apoiam mutuamente em meio à adversidade, criando um espaço de empoderamento que transcende os muros da prisão. A partir de sua escrita, a autora não apenas expõe as injustiças do sistema prisional, mas também celebra a capacidade de luta e de resiliência das mulheres, reafirmando sua dignidade e humanidade em um ambiente que frequentemente as desumaniza.

A personagem principal de *Minha carne* é uma mulher negra, que possui curso superior, é militante do movimento sem teto do centro (MSTC) e atua na mobilização e organização de famílias sem teto que lutam por moradia digna, tal como a autora empírica. A protagonista se encontra privada de liberdade por perseguição política do governo que estava neste momento no poder. A capa do livro destaca em amarelo o nome da autora e o título da obra, mostrando uma imagem de uma mulher negra com um olhar impassível:

Figura 1 – Imagem de Preta Ferreira



Fonte: Reprodução da capa do livro *Minha Carne – Diário de uma Prisão*, 2020.

Na narrativa, a personagem principal expõe suas vivências no cárcere como um meio de escapar da realidade violenta que a cerca. Explica que prefere “[...] desabafar escrevendo, ato que me alivia e me faz viajar, como se estivesse narrando o futuro” (Ferreira, 2020, p. 169). Assim, ela escapa de seu ambiente hostil por meio da escrita que se torna uma oportunidade de autoconhecimento. Ao relatar suas experiências, a protagonista não apenas documenta suas lutas diárias, mas também transforma sua dor em arte, resistindo contra sua desumanização e preparando-se para o seu futuro.

Também considera que “Escrever é uma forma de fugir, é um ato de resistência. Cada palavra é uma nova possibilidade de liberdade, mesmo que esteja cercada por muros.” (Ferreira, 2020, p. 45). Esse trecho destaca como o universo da escrita se torna um espaço de refúgio, no qual ela pode explorar sua identidade e confrontar as vivências dolorosas que a assombram. Assim, para Preta a escrita é uma forma de escape e de resistência, evidenciando o papel da narrativa na transformação da dor em autoconhecimento e luta contra a opressão.

Em relação a caracterização da protagonista, ela é descrita como uma pessoa que está recentemente conectada com suas raízes afro-brasileiras, mostrando o impacto da descoberta de sua ancestralidade em sua identidade e em sua luta. No início do relato, há uma invocação a Ogum, uma divindade associada à força e à resistência, revelando que a personagem não apenas busca inspiração na espiritualidade, mas também fundamenta sua luta em valores culturais e comunitários. Essa referência sugere que sua jornada é guiada por uma força maior, reforçando sua determinação em lutar por justiça social e pelos direitos de seu povo, como vemos na seguinte citação:

Agradeço a meu pai Ogum, que me deu forças para entrar e sair de cabeça erguida dessa batalha; foi com ele que aprendi a nunca abandonar minha causa, meu povo, ele me munuiu da ousadia para abrir caminhos desconhecidos, mas muito produtivos, como minha atuação na militância do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e de outras causas ligadas a injustiça social, arte, cultura, educação e racismo. Eu não sabia que era sua filha até ser questionada sobre minha paternidade ancestral pela pessoa branca que me prendeu (Ferreira, 2020, p. 7).

O fragmento apresenta alguns elementos de sua biografia, bem como o desconhecimento da divindade antes de ser presa, ressaltando a importância dessa descoberta em um momento de opressão. Isso simboliza um processo de autoconhecimento e reafirmação de sua identidade em meio à adversidade. Ao destacar sua atuação no Movimento Sem-Teto e em outras causas sociais, a protagonista emerge como uma figura de resistência que, embasada em sua ancestralidade e em suas experiências, busca abrir caminhos para mudanças significativas.

A personagem afirma que "O movimento me ensinou sobre ter direitos, não só deveres, me ensinou que ninguém é melhor que ninguém, me ensinou que eu poderia ser uma mulher forte e revolucionária" (Ferreira, 2020, p.18). Sua declaração desvela sua conscientização sobre seus direitos, destacando a importância da luta coletiva na construção de uma identidade mais combativa, baseada na igualdade e na coletividade. Desse modo, ela apresenta um modelo feminino independente e transgressor que contraria as normas patriarcais. Também conta a sua trajetória a partir de seu ponto de vista:

Essa história começa em 24 de junho de 2019, quando fui presa sem ter cometido crime algum. Num desdobraimento injusto da investigação sobre o desabamento do Wilton Paes de Almeida, prédio no largo do Paissandu que então era ocupado pelo Movimento de Luta Social por Moradia (MISM) - do qual não fiz parte -, e a partir de uma carta anônima, *fake news*, enviada via correio ao Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), o Ministério Público me denunciou, junto com mais dezoito pessoas de variados movimentos por moradia. Eles sabiam que eu era inocente; segundo a polícia, eu só iria prestar um depoimento e seria libertada. No entanto, foi o depoimento mais longo da história: fiquei 108 dias presa e mais dois

meses em casa, sem poder sair em fins de semana nem em feriados - durante a semana, eu podia sair das 6h às 18h (Ferreira, 2020, p. 19).

A citação explicita a arbitrariedade de sua prisão, visto que não havia provas de seu crime e passou mais de cem dias encarcerada sem ter sido julgada. Ao mencionar que a polícia tinha conhecimento de sua inocência, a protagonista não somente critica a injustiça do sistema, mas também reafirma sua determinação e resiliência em face da adversidade. Já as restrições impostas durante sua liberdade condicional reforçam a vigilância estatal que permeia sua vida por sua opção política. Assim, esse trecho não apenas apresenta a protagonista como uma figura que luta por justiça, mas também evidencia sua força diante de um sistema que busca silenciá-la, solidificando sua identidade como uma mulher determinada e engajada na busca por direitos. Preta ainda expressa ter consciência do ambiente opressivo em que vive antes da sua prisão, explicando que

Uma semana antes de ser presa, passei todas as minhas senhas de acesso para uma amiga, informei onde estavam todas as minhas documentações, a senha dos meus cartões, e-mails, redes sociais etc. Eu disse a ela que seria presa, minha intuição me alertou quando passei de carro em frente a uma delegacia do Deic. Tive uma visão de tudo, só não sabia quando seria (Ferreira, 2020, p. 21).

A referência à intuição, especialmente ao passar em frente à delegacia do Deic, adiciona uma camada quase mística à sua caracterização, insinuando que ela possui uma percepção que transcende a lógica comum. Essa visão de futuro não apenas reforça sua vulnerabilidade, mas também sua determinação em se proteger e garantir que sua vida e suas informações não fiquem desprotegidas. Assim, esse trecho ressalta a força da protagonista em um momento de incerteza, apresentando-a como consciente de seu papel de resistência em um sistema que ameaça sua liberdade. Quando é encarcerada pondera que

Qualquer pessoa está sujeita a parar atrás das grades: inocente ou culpada, na cadeia, sempre tem um lugar reservado. Na cela especial não tem distinção de cor. Muito pelo contrário. No local onde fiquei, o índice menor é o de mulheres negras. Aqui não existe classe social. Todas têm um número de matrícula e são igualmente chamadas de "reeducandas" (Ferreira, 2020, p. 21).

Sua declaração revela a universalidade da opressão, enfatizando que o encarceramento é uma realidade que pode afetar a todos. Por outro lado, a protagonista também traz à tona a complexidade das desigualdades raciais e sociais, ao observar que, na cela especial, o índice de mulheres negras é menor que o de brancas, indicando que a estrutura do sistema prisional não é neutra, mas espelha graves problemas da sociedade, tal como o acesso à educação. A menção ao fato de que, embora todas sejam chamadas de "reeducandas" e tenham um número de

matrícula, indica uma crítica à noção de igualdade proposta pelo sistema, dado que somente quem tem ensino superior pode estar na cela especial.

A personagem também registra que depois de conhecer as histórias de outras mulheres aprisionadas, revolta-se com um sistema dominado por homens: "Eu me revoltei ainda mais com os homens" (Ferreira, 2020, p.30). Assim, expressa sua crescente indignação com as violências de gênero que as suas companheiras de cárcere sofreram, bem como o aliciamento de homens que as levaram para a criminalidade. Também problematiza as circunstâncias de sua prisão, denunciando o preconceito sofrido por ser uma mulher negra, instruída e de esquerda na seguinte passagem:

-Ainda por cima tem nível superior? Tem que se foder mesmo, esse pessoal do PT tem que apodrecer.

Nota-se o crime que cometemos: escolher um lado da história. Isso chama-se crime político (Ferreira, 2020, p. 33).

O fragmento evidencia a hostilidade e o desprezo que ela e outros militantes enfrentam por sua opção política e pela escolha de se posicionar em um contexto social adverso. Além disso, problematiza o fato de ela ser uma mulher negra que possui um curso superior, fato que é considerado excepcional. A menção ao "pessoal do PT" e a ideia de que escolher um lado da história é um "crime político" destaca a polarização e a perseguição que estão presentes no ambiente em que vive, onde a expressão de ideais e a busca por justiça podem levar a severas consequências. Essa crítica à forma como o sistema penal trata aqueles que se opõem ao *status quo* revela a recusa da protagonista em acatar a opressão, não aceitando ser reduzida a uma mera vítima. Em vez disso, afirma sua identidade como uma pessoa engajada em um movimento maior que luta por justiça. A referência ao "crime político" também sugere uma reflexão sobre a criminalização da luta social e dos direitos humanos, enfatizando a injustiça de sua perseguição.

Preta denuncia as condições insalubres dos espaços de confinamento, criticando a falta de higiene e a qualidade da alimentação. Também revela a arbitrariedade do sistema prisional quando foi decretada sua prisão preventiva:

Aquele homem cruel, mentiroso, nos fez passar três dias de horror e ainda nos mandou pra um lugar distante de nossos familiares, mesmo sabendo que temos nível superior. Sim, nossos advogados somaram os diplomas ao processo (Ferreira, 2020, p. 35).

A citação diz respeito a sua transferência ao presídio de Franco da Rocha, longe de sua família, contrariando a legislação que lhe garantia ter direito a uma cela especial devido aos

seus estudos. Dessa maneira, problematiza a violação aos seus direitos, pois o sistema não reconheceu a sua escolarização. Isso enfatiza a luta da protagonista não apenas contra a injustiça de sua prisão, mas também contra a desvalorização da inteligência e das capacidades das mulheres negras, especialmente em um sistema que tende a ignorar suas vozes e histórias. Cabe frisar que depois de muita luta ela é transferida para a penitenciária de Santana em um lugar destinado às detentas com curso superior.

Segundo a protagonista, o seu “[...] único crime foi nascer mulher, preta e pobre num país racista, machista, elitista e seletivo. Não aceitar a injustiça de um desgoverno que age contra pobre” (Ferreira, 2020, p.39). Essa afirmação destaca como sua identidade é usada contra ela, evidenciando a interseccionalidade das opressões que enfrenta. A declaração também revela sua conscientização sobre as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade, posicionando-a como uma figura que não apenas reconhece sua condição, mas também se recusa a aceitá-la passivamente. Nessa citação, ela demonstra que se vê como parte de uma luta maior contra um sistema que marginaliza e silencia as vozes das classes subalternas.

Durante seu encarceramento, Preta não só escreve o seu diário, mas também muitas cartas. Uma delas é destinada ao Papa, que expressa uma crítica contundente ao sistema político brasileiro. Ela relata que “[...] aqui no Brasil, eles investem em presídios e tiram da educação, não investem nos pobres, tomam todos os seus direitos e nos fazem acreditar que é assim que tem que ser” (Ferreira, 2020, p. 47). A referência ao investimento em presídios em detrimento da educação revela sua consciência das prioridades do Estado e como essas escolhas impactam desproporcionalmente os mais pobres.

Além disso, o ato de escrever ao Papa ilustra sua busca por reconhecimento e apoio em uma luta que transcende as questões individuais. Essa comunicação com uma figura de autoridade global também sugere uma esperança de mudança e um apelo por justiça, evidenciando sua determinação em não ser silenciada. Sua atitude a posiciona como uma agente de mudança, que usa sua voz e sua experiência para lutar contra as desigualdades que permeiam sua realidade.

O seu cotidiano no cárcere apresenta vários desafios. Embora consiga que algumas de suas reivindicações sejam atendidas, ela é constantemente vigiada. Um dia, recebe a visita do diretor e relata que “[...] quando ele saiu, as companheiras disseram que ele nunca vai à cela especial e que na verdade ele queria saber de mim, fazer amizade, tudo isso para eu não falar sobre as coisas que acontecem no presídio” (Ferreira, 2020, p.59) A suspeita em relação às intenções do visitante destaca sua consciência crítica e a desconfiança em relação à sua

autoridade, o que revela seu espírito de resistência mesmo em um espaço extremamente opressivo.

Preta registra que “Eles queriam me censurar até dentro da cadeia” (Ferreira, 2020, p.59). Sua observação de que as companheiras acreditam que o diretor tem um interesse oculto em sua vida reforça a ideia de que na prisão até mesmo as interações aparentemente inofensivas são carregadas de vigilância e de controle. A menção à censura sugere que a protagonista não é apenas uma vítima da prisão, mas uma figura ativa que se recusa a ser silenciada. Essa luta pela liberdade de expressão dentro da cadeia revela sua força interior e seu compromisso em expor as injustiças que ocorrem ao seu redor.

A protagonista tem ciência de que é uma figura pública dentro do presídio, cuja identidade como "presa política" a torna uma referência entre as detentas. Sua consciência de ser reconhecida sugere que ela transforma sua condição em uma plataforma de resistência, refletindo sua resiliência e determinação de não ser apenas uma vítima do sistema. Confessa que “Imagino como estou famosa aqui, todos sabem quem sou eu, todos sabem que sou presa política, e quem ainda não sabe indaga até as companheiras” (Ferreira, 2020, p.63). Essa autoimagem destaca seu papel como agente de mudança, sublinhando sua luta não apenas pela própria liberdade, mas também pela justiça coletiva, consolidando-a como uma voz emblemática em um contexto de opressão.

Preta não só critica o sistema, mas também promove ações que ajudam outras mulheres encarceradas. Em sua opinião, "O que vai vencer essa opressão é o estudo da massa... Vocês acham que esses cortes na educação acontecem porque o país está quebrado?" (Ferreira, 2020, p.66). Assim, ela posiciona a educação como um instrumento de libertação e empoderamento, refletindo sua crença na capacidade transformadora do conhecimento. Essa visão não apenas destaca seu papel como defensora da educação, mas também a caracteriza como alguém que reconhece a opressão sistemática que afeta os menos favorecidos e busca alternativas para sua superação.

A crítica aos cortes na educação, associando-os à manipulação dos pobres, reforça sua compreensão das estruturas de poder e de controle social. Alerta que "[...] quanto mais pobre fora do sistema educacional, mais fácil de manipular, de lhes roubar direitos. Pobre educado, de nível superior, oferece perigo ao sistema” (Ferreira, 2020, p.66). Sua afirmação evidencia a resistência da protagonista contra a marginalização e a visão de que a educação pode ser libertadora. Essa perspectiva não apenas a torna uma figura de luta, mas também explicita seu desejo de romper com os ciclos de opressão, tornando-a uma personagem multifacetada que

busca não apenas a própria libertação, mas a de sua comunidade. Para a protagonista, a educação é a chave para a transformação social.

O fragmento a seguir oferece uma visão mais íntima da personagem, revelando suas emoções conflitantes e o peso de sua realidade prisional:

Amanhã é dia 27 de julho, sábado, meu quarto sábado neste presídio. Minha irmã Kellen vem me visitar. Tô meio apreensiva e triste por encontrar com ela aqui, não queria que ninguém da minha família passasse ou me visse nessas condições. Eu quero ir embora, tô com saudade da minha mãe, dos meus sobrinhos, dos meus amigos, da minha família, da minha vida (Ferreira, 2020, p. 73).

A especificação da data, "27 de julho", e a menção de que é seu "quarto sábado" no presídio enfatizam a passagem do tempo e a rotina opressiva que ela enfrenta. A apreensão em encontrar sua irmã Kellen destaca sua vulnerabilidade e a complexidade de suas relações familiares, refletindo seu desejo de proteger aqueles que ama. A preocupação com a imagem que sua família terá dela neste contexto demonstra uma luta interna entre a vergonha e o amor familiar, revelando suas inseguranças e humanizando-a.

Já a saudade expressa por sua mãe, sobrinhos, amigos e pela vida anterior reforça a ideia de perda, apresentando a personagem como uma figura humana que anseia por conexão e normalidade. Esse anseio torna-se um elemento central em sua caracterização, mostrando não apenas a dor da separação, mas também a força dos vínculos familiares que ainda a sustentam. Observa-se, portanto, não somente a tristeza da situação, mas também a resiliência e a esperança de Preta em um futuro diferente, ressaltando a importância da família em sua jornada.

Durante seu encarceramento descobre que “[...] uma coisa eu sinto: as pessoas não se importam tanto quanto dizem. A única pessoa que vai pensar se você comeu, se está bem, é sua mãe” (Ferreira, 2020, p.79). Sua reflexão ilustra a sua solidão e desilusão, revelando uma profundidade emocional que enriquece sua caracterização. Ao afirmar que as pessoas não se preocupam com as outras, ela expressa uma frustração com a superficialidade das relações, especialmente em momentos de crise. Conclui que “Tenho certeza de que a única pessoa que neste momento se preocupa comigo do fundo do coração é ela” (Ferreira, 2020, p.79). Assim, a ênfase na preocupação genuína de sua genitora ressalta o vínculo afetivo mais forte e autêntico que ela possui, destacando a importância da família em um contexto de abandono social.

A solidão afeta-a de diversas maneiras e revela que “Logo que fui presa, tinha muita gente, agora não ouço muito barulho. Mandeí carta para várias pessoas, mas, desde que estou em Santana, só recebi as das minhas sobrinhas” (Ferreira, 2020, p.79). Essa transição de ter várias pessoas ao seu redor para a solidão progressiva que enfrenta na prisão acentua seu

isolamento e a realidade cruel do encarceramento. Apesar de enviar cartas a muitos, apenas recebe respostas das sobrinhas, evidenciando a desconexão de sua rede social e a fragilidade de suas relações que agora dependem da mediação do sistema prisional.

Paradoxalmente, Preta relata que, “[...] mesmo presa, eu me sinto privilegiada, tenho cela especial, advogados, família e amigos. E as outras? Por que a injustiça me segue em todos os lugares?” (Ferreira, 2020, p.99). Desse modo, mesmo em situação de cárcere, expressa uma consciência crítica sobre as desigualdades sociais e raciais que permeiam sua realidade. A reflexão sobre seu privilégio em comparação com a situação de outras detentas não apenas expressa sua autoanálise, mas também a solidariedade com as mulheres que não possuem as mesmas oportunidades. Essa dualidade entre sua posição e a de outras prisioneiras destaca a injustiça do sistema penal, que favorece algumas enquanto marginaliza outras, especialmente aquelas que são negras.

A protagonista ainda evidencia o fato, de que “[...] o sistema nos presídios também joga as mulheres umas contra as outras.” (Ferreira, 2020, p.99). Isso ocorre de diferentes maneiras, sendo uma delas a distinção de privilégios de acordo com o seu nível de escolaridade. Também desmistifica a visão do senso comum sobre criminalidade, apontando que

Engana-se quem acha que os piores crimes foram cometidos por negras. Os piores e mais bárbaros são os das mulheres brancas e de classe média alta. Isso não saiu em nenhuma pesquisa, fui eu que ouvi todas enquanto estive com elas, ouvi todos os crimes, como planejaram, como executaram etc. (Ferreira, 2020, p. 99).

Esse contraste enfatiza a hipocrisia do sistema social e judicial, que tende a invisibilizar a violência cometida por indivíduos privilegiados, pois,

[...] o tratamento muda pelo nível escolar - das quinze presas em cela especial, só três são negras. Por aqui podemos ver a falta de oportunidade com que nós, negros, lidamos: o que restou para nós foram empregos e salários mais baixos; tudo para a gente branca é melhor (Ferreira, 2020, p. 99).

Sua declaração revela a consciência da protagonista sobre as dinâmicas de poder e classe, tornando-a uma voz potente de resistência e crítica em uma narrativa que desafia estereótipos e evidencia as disparidades raciais e sociais no Brasil.

Em diversos momentos do relato, a personagem relaciona o cárcere com o sistema escravocrata, afirmando que muitas mulheres estão esquecidas no porão deste navio negreiro. Denuncia que “A escravidão aqui no Brasil continua, só mudou de nome. Eles me chamam de reeducanda! Sinto como se tentassem me colonizar” (Ferreira, 2020, p.102). Seu desabafo expressa sua consciência da manutenção da mentalidade colonial e racista em setores de nossa

sociedade, segundo a qual os negros são inferiores, justificando sua opressão com essa falácia. Ademais, explicita sua recusa em ser colonizada.

Preta também critica o fato de a justiça brasileira ser seletiva, sustentando que “O Brasil é o terceiro país com o maior número de mulheres encarceradas; dessas, a maioria é de mulheres negras – ou seja, negro aqui vai para o tronco. As cadeias são herança da escravidão, assim como os piores empregos” (Ferreira, 2020, p.102). Dessa maneira, a protagonista explicita que os resquícios da escravidão ainda estão presentes na sociedade contemporânea, impactando o acesso das mulheres negras aos seus direitos básicos.

Além disso, reconhece que “[...] eu não sou a única mulher negra injustiçada neste lugar – o que só prova como a “justiça” é falha, lenta, seletiva, racista, opressora, entre outras coisas piores. Eu não ouvi ninguém falar, eu sou uma dessas vítimas do sistema” (Ferreira, 2020, p.109). Embora assuma ter sido vítima da injustiça do sistema prisional pondera que “Pensando no que fiz enquanto estou presa injustamente, não deixei de lutar por um instante. Mesmo impedida de ser livre, fiz o que de melhor sei: ajudar as pessoas” (Ferreira, 2020, p.120). Sua solidariedade, sororidade e resiliência também se destacam quando opina que “O grito não é ‘Preta livre’, e sim ‘Pretas livres’. A liberdade tem que ser para todas e em diversas lutas” (Ferreira, 2020, p.131). Assim, transforma sua batalha individual em uma demanda coletiva.

Preta também relaciona sua situação de encarceramento com outro período nefasto de nossa história: a última ditadura brasileira. Revela que “Estamos vivendo um pesadelo; é como se todos os filmes e os livros que relataram 1964 fossem reprisados em minha vida” (Ferreira, 2020, p.132). Dessa forma, compara sua situação com a de presos políticos no regime ditatorial. Registra ainda que

Hoje, dia 28, comemoramos a libertação dos presos políticos de 1964 - 55 anos se passaram, e eu aqui, presa. Tudo se repete, pessoas ainda morrem na mão da polícia, pessoas inocentes são presas, presos políticos que não concordam com toda essa ditadura e descaso de 1964 a 2019. Nada mudou, só o ano (Ferreira, 2020, p.139).

O trecho evidencia que embora o sistema político atual seja a democracia, ainda há violações de direitos humanos, ironizando a repetição da história. Preta ainda relaciona a ditadura com a sua prisão injusta e com a escravidão:

[...] eu me sinto uma escravizada, sem as rédeas da minha vida, como se tivesse sido vendida no mercado, não posso tomar as minhas próprias decisões nem escolher o que comer ou vestir, tenho hora para acordar e dormir. Vivo uma ditadura, vivo na pele o que muitas outras pessoas passaram para eu ter o direito de lutar (Ferreira, 2020, p.191).

A citação desvela sua limitação no cárcere, comparada com outros momentos abomináveis de nossa história. A protagonista revela que sua experiência no sistema prisional marcou sua trajetória. Registra que:

A prisão nos tira todos os direitos, lesa, fere, violenta e não há ressocialização. Sinto como se tivessem acabado com a minha vida. E é bem difícil voltar ao normal, muitas feridas foram abertas, algumas que nunca vão cicatrizar. Me sinto como uma escravizada, marcada a ferro quente [...] (Ferreira, 2020, p. 206).

Ao comparar sua vivência no cárcere com a de uma pessoa escravizada, desvela a desumanização do sistema prisional que a despojou de seus direitos básicos. Confessa que “Descobri na pele que a abolição é uma farsa – e descobri isso sendo torturada, sendo punida por fazer a revolução acontecer, porque lutar por direitos constitucionais é fazer a revolução. Em 108 dias de prisão, vivi muitos anos, vivi muitas coisas que não desejo a ninguém” (Ferreira, 2020, p. 217). Desse modo, sintetiza as opressões que vivenciou em sua injusta prisão.

Também revela que “Hoje, dia 24 de junho de 2020, um ano depois de tantas histórias vividas, me encontro escrevendo o último parágrafo dessa forte história, ressignifico todas as dores em arte e amor. Não serei eu quem cairá na armadilha do ódio” (Ferreira, 2020, p. 220). Termina sua escrevivência com uma provocação: “Quem não luta tá morto” (Ferreira, 2020, p. 221). Assim, assinala a sua disposição para seguir lutando contra as injustiças, escrevendo novas cenas do roteiro de sua vida, conforme expresso na epígrafe que usamos para iniciar este tópico.

Considerações finais

Observamos que a caracterização da protagonista de *Minha carne* revela a conexão de suas experiências pessoais com uma luta coletiva por justiça social, solidificando sua identidade como uma mulher negra resiliente e consciente de seu papel no combate às desigualdades causadas pela interseção entre raça, classe e gênero. Suas vivências no sistema prisional e a crítica ao tratamento desigual das detentas destacam não apenas a arbitrariedade do sistema, mas também a sua permanente militância contra a injustiça. Ao transcender a condição de vítima, ela se posiciona como uma agente de mudança, cuja determinação e consciência a tornam uma voz fundamental em um contexto de opressão. A jornada da protagonista é um testemunho poderoso da capacidade de resistência e da busca por dignidade e direitos, refletindo as lutas de muitas que, como ela, se recusam a ser silenciadas.

Ao longo deste estudo, exploramos a literatura de cárcere feminina brasileira através da leitura de *Minha carne* (2020), de Preta Ferreira, a partir do conceito de escrevivência de Conceição Evaristo. Assim, contestamos o discurso histórico hegemônico que marginaliza as vozes das mulheres encarceradas, oferecendo uma perspectiva que destaca a importância dessas narrativas para a compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e culturais que moldam suas vidas. Também evidenciamos como a literatura pode ser um ato de resistência, permitindo que as experiências das mulheres encarceradas sejam reconhecidas e integradas ao discurso histórico e literário brasileiro.

Consideramos que a narrativa de Ferreira não só enriquece o panorama literário afro-brasileiro, mas também promove uma reflexão essencial sobre justiça social, gênero, classe social e raça, promovendo o protagonismo de mulheres negras de diferentes maneiras. Em *Minha carne*, o relato é feito do ponto de vista de uma afrodescendente, caracterizada como uma mulher forte, lutadora, solidária e resiliente. O seu relato também dá visibilidade à história de outras mulheres negras que foram vítimas de injustiça, evidenciando sua sororidade.

Suas críticas ao sistema prisional são contundentes e explicitam as opressões que este grupo sofreu. Também relaciona sua situação com a de pessoas escravizadas e a última ditadura brasileira, mostrando não só o seu conhecimento da história brasileira, mas explicitando a desumanização desses sistemas de poder que violaram os direitos humanos em diferentes momentos. Assim, Preta torna-se uma espécie de porta voz das mulheres, o grupo mais oprimido, reivindicando justiça para elas e registrando suas histórias em suas escrevivências, as quais foram fundamentais para ela sobreviver e resistir ao cárcere.

Referências

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropofágico. In: *Antropofagia*. São Paulo: Livraria Martins, 1928, p. 23-30.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escrevivências: a escrita de nós: considerações sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares*, Brasília, v. 1, p. 52-57, 2005. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/revista01.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2023.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

- FERREIRA, Preta. *Minha carne*: Diário de uma prisão. São Paulo: Editora: Boitempo, 2020.
- GALVÃO, Patrícia. *Autobiografia precoce*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: Hollanda, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 223-244.
- JESUS, Vera Tereza de. *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. 2. ed. São Paulo: Edições O Livreiro Ltda., 1967.
- JOCENIR, Prado. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo, Labortexto Editorial, 2001.
- MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- PEREIRA, Adriana Graças; GUARACY, Thales. *Xal: Órfã, drogada, moradora de rua, prostituída, presidiária. E milagre de superação*. São Paulo: Panda Books, 2021.
- RACIONAIS, Mc's. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Cosa Nostra, 1997
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SILVA, Liliam Ramos. Decolonizando saberes: conceitos de literatura latino-americana de autoria negra. *In*: TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato; SANTOS, Cristina Mielczarski. (Orgs.). *Lugares de fala, lugares de escrita nas literaturas africanas, ameríndias e brasileira*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 115-136.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

*Recebido em 05 de outubro de 2024
Aceito em 19 de dezembro de 2024*